

Apresentação

Apresentamos a edição 61 da Revista Cadernos de Educação da UFPel trazendo a amplitude de debates que estão em jogo no campo da educação, atualmente. O número em destaque começa com o interessante artigo *Estudo sobre a oferta de disciplinas relacionadas às Neurociências, Educação e Aprendizagem nas graduações presenciais de Pedagogia no Rio Grande do Sul*, escrito por Livia Crespi e Márcia Finimundi. As autoras analisam as matrizes curriculares dos cursos presenciais de graduação em Pedagogia no Rio Grande do Sul (RS), buscando identificar as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam disciplinas relacionadas às Neurociências em sua relação com a Educação, bem como verificar a relevância atribuída pelos(as) coordenadores(as) dos cursos aos saberes neurocientíficos para a formação docente inicial. O estudo constituiu-se de revisões de cunho bibliográfico e documental, evidenciando que, apesar da relevância dos conhecimentos relacionados às Neurociências em suas relações com a Educação para a formação docente inicial, disciplinas que abordam esta temática são ofertadas por um restrito número de IES, no RS.

Prosseguindo na temática da formação docente, temos o artigo fundamentado na literatura do campo da educação infantil e da formação de professores(as), com aportes da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau & Chantal Mouffe, intitulado *A formação de professoras de Educação Infantil nos cursos de Pedagogia de universidades públicas do Rio Grande do Sul*, de autoria de Juliana Diniz Gutierrez Borges e Maria Manuela Alves Garcia. As autoras debatem a formação de professoras para a Educação Infantil pelo curso de Pedagogia, pós Resolução do CNE/CP nº1/2006, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. A análise tem como fontes, além da legislação curricular, os Projetos Políticos Pedagógicos e as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia presenciais de sete universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul, entendidos como discursos e políticas culturais e curriculares. Concluem que os cursos pesquisados apresentam uma formação generalista e não contemplam o perfil do profissional docente qualificado, esperado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para atuar na Educação Infantil, especialmente, com crianças de 0 a 3 anos.

O tema da docência prossegue com o artigo de Caroline Wenzel Florindo e Roberto Tadeu laochite – *Empoderamento e autoeficácia docentes: uma revisão de literatura* – que busca compreender como os professores se sentem capazes para realizar

mudanças em seu cotidiano escolar. A partir de uma revisão sistematizada de literatura, a autora e o autor analisaram a produção científica internacional com vistas a identificar metodologias, instrumentos e associações entre os dois constructos – “empoderamento de professores” e “autoeficácia docente”. Os estudos analisados indicaram correlação positiva entre os constructos, com predominância de estudos quantitativos. Autor e autora concluíram que pesquisas objetivando investigar o impacto dos constructos no contexto educativo são necessárias, a considerar os efeitos destes na ação docente na sala de aula e na escola.

Expressivo artigo escrito por Gabriel Sausen Feil, com o título *Apresentação do critério imanente: por uma crise da avaliação*, traz à discussão o tema da avaliação, assunto tão complexo e de grande importância no campo educacional. O manuscrito analisa dois textos que problematizam a avaliação pressupondo critérios externos, usando como estratégia metodológica a própria noção de critério imanente, numa perspectiva barthesiana. Conclui que a principal desvantagem do uso dos critérios externos está no fato de que, em vez de colocar o objeto em crise, apenas lhe apresenta o desafio de se adaptar ao já esperado; e que o uso do critério imanente tem como atrativo os fatos de promover a criação de novos critérios, a cada nova avaliação, e de afirmar a potência singular de cada texto.

Na sequência, temos o texto de João Paulo Ocke de Freitas – *A educação e o desafio de gerir divergências na escola* –, em que a discussão examina a gestão de conflitos no espaço escolar. Para tanto, recupera as contribuições da Sociologia, concluindo pela necessidade de enfrentar o debate no âmbito escolar sem romper com os padrões éticos que contribuem para o amadurecimento intelectual e profissional de toda a comunidade escolar. Afirma o autor que a vida em comunidade pode ser enriquecida com a divergência, na medida em que haja condições para a reflexão independente, descolada de compromissos meramente personalistas, e em que não se pretenda transformar o espaço escolar na extensão do ambiente doméstico.

Daniel da Silva Costa e Carlo Schmidt, com o manuscrito intitulado – *Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: revisão conceitual* –, trazem o debate sobre o PEI (Plano Educacional Individualizado), como um instrumento norteador da inclusão de alunos(as) com deficiências, utilizado em diversos países. O texto, ao apresentar uma análise conceitual do PEI, oferece a possibilidade para repensar novas formas de ensino com vistas a promover a aprendizagem dos(as) estudantes, seja no nível superior, fundamental ou médio, considerando o atual paradigma da inclusão. Apontam os autores que estudantes com autismo parecem ser especialmente beneficiados(das) pelo PEI, devido ao potencial adaptativo deste instrumento para atender à heterogeneidade dos perfis de aprendizagem da síndrome. Concluem que o PEI pode preencher uma lacuna na inclusão por se constituir como uma metodologia de trabalho que se endereça às particularidades do processo de ensino destes(as)

estudantes, por meio do trabalho colaborativo na equipe escolar.

A temática da aprendizagem continua com o artigo – *A transição do paradigma tradicional para a Aprendizagem Baseada em Problemas no ensino médico: uma análise reflexiva* –, de Vânia Torres, Cristina Andrade Sampaio e Antônio Prates Caldeira. As autoras e o autor trazem o debate sobre a transição de paradigma na aprendizagem, apontando a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como um novo paradigma capaz de superar as limitações do método tradicional no ensino médico. O manuscrito evidencia que o ensino tradicional caracteriza-se pela exposição do conteúdo de forma fragmentada e descontextualizada, reduzindo o(a) estudante a um(a) mero(a) expectador(a), enquanto que a ABP se destaca como uma prática pedagógica que estimula o aprender a aprender. Ressaltam que a adesão ao novo paradigma requer cautela e um longo percurso balizado por reflexões e flexibilização por parte dos(as) atores/atrizes envolvidos(as) no processo de mudança.

O número 61 fecha com o artigo de autoria de Célia Artemisa Gomes Rodrigues Miranda, Marion Rodrigues Dariz e Adriane Cenci, intitulado *O conceito vigostkiano de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) em sítios da internet*. As autoras apresentam uma discussão do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) – a partir de Vigotski e pesquisadores que adotam a Psicologia Histórico-Cultural da Atividade como referencial teórico. Esse conceito é importante para que se entenda o processo de aprendizado e a maneira como tal processo influencia o desenvolvimento humano. O texto discute o conceito e a forma como é definido em diferentes documentos postados na *internet*, localizados por meio do Google, nas três primeiras páginas resultantes da consulta. A análise mostrou que os *links* listados nos primeiros lugares dessas páginas hospedavam documentos produzidos no contexto de cursos e portais educacionais. Alertam as autoras que, em consequência de sua localização, eles, provavelmente, são os mais acessados pelas pessoas que pesquisam o conceito, o que se constitui em problema, pois muitos apresentam incorreções que podem levar a entendimentos equivocados.

Desejamos uma boa leitura para todos(as).

Amélia Teresinha Brum da Cunha
Jarbas Santos Vieira
Sígilia Pimentel Höher Camargo
Magda Floriana Damiani
Mara Rejane Vieira Osório